
**“DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR”: O AGRO QUER SER POP
NAS ESCOLAS COMBINANDO FORÇA E CONSENSO**

**“KEEPING AN EYE ON SCHOOL SUPPLIES”: AGRO WANTS TO
BE A POP IN SCHOOLS BY COMBINING STRENGTH AND
CONSENSUS**

**“NO PERDER DE VISTA EL MATERIAL ESCOLAR”: AGRO
QUIERE SER POP EN LOS COLEGIOS AUNANDO FUERZA Y
CONSENSO**

Warllen Torres Nannini¹

warllentorresnannini@hotmail.com

Marcus Fernandes Marcusso²

marcus.marcusso@ifsuldeminas.edu.br

RESUMO: Este trabalho analisa o “De Olho no Material Escolar”, o programa é um projeto político-ideológico do setor agroindustrial que reivindica a revisão dos conteúdos de ensino e uma nova postura dos professores no que concerne as temáticas relacionadas ao modelo de produção do agronegócio. Assim, legitima de forma inovadora e sofisticada (coerção e consenso) uma imagem supervalorizada do agronegócio nas escolas. Os procedimentos metodológicos incluíram a revisão bibliográfica e documental acerca dos temas em questão. O “De Olho no Material Escolar” atua através de um conjunto de práticas coercitivas, conseqüentemente, retira a autonomia do docente no processo pedagógico e, paralelamente, inibe o desenvolvimento do pensamento crítico no aluno.

Palavras-chave: Agronegócio. De olho no material escolar. Estado ampliado. Escola pública. Escola sem Partido.

ABSTRACT: This paper analyzes "De Olho no Material Escolar" (Keeping an eye on school materials) movement, a political-ideological project of the agro-industrial sector that calls for a review of teaching content and a new attitude on the part of teachers with regard to issues related to the agribusiness production model. In this way, it legitimizes in an innovative and sophisticated way (coercion and consensus) an overvalued image of agribusiness in schools. The methodological procedures included a bibliographical and documentary review of the issues in question. "De Olho no Material Escolar" acts through a set of coercive practices, consequently removing the teacher's autonomy in the pedagogical process and, at the same time, inhibiting the development of critical thinking in the student.

Keywords: Agribusiness. Keeping an eye on school materials. Expanded state. Public schools. School without a party.

RESUMEN: Este trabajo analiza el "De Olho no Material Escolar" (De Ojo con el Material Escolar), un proyecto político-ideológico del sector agroindustrial que exige una revisión de los contenidos de la enseñanza y una nueva actitud por parte de los profesores con respecto a las cuestiones relacionadas con el modelo de producción del agronegocio. De esta forma, legitima de

¹Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas. Possui graduação em Licenciatura em Geografia - IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas e Técnico em meio ambiente IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas.

²Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2017). Professor EBTT de História do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Campus Poços de Caldas. Docente no Mestrado Profissional ProFEPT - Polo IFSULDEMINAS. Docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, licenciaturas e pós-graduações lato sensu.

forma inovadora y sofisticada (coerción y consenso) una imagen sobrevalorada del agronegocio en las escuelas. Los procedimientos metodológicos incluyeron una revisión bibliográfica y documental de los temas en cuestión. "De Olho no Material Escolar" actúa a través de un conjunto de prácticas coercitivas, eliminando consecuentemente la autonomía del profesor en el proceso pedagógico y, al mismo tiempo, inhibiendo el desarrollo del pensamiento crítico en el alumno.

Palabras clave: Agroindustria. Vigilancia del material escolar. Estado ampliado. Escuelas públicas. Escuela sin fiesta.

INTRODUÇÃO

O agronegócio é um modelo de produção com uma ampla e complexa estrutura, sua hegemonia política e econômica é resultante do pacto firmado entre o capital agroindustrial (nacional e estrangeiro), Estado e burguesia latifundista brasileira. Assim, sua hegemonia está intimamente ligada à capacidade de articulação e de renovação das estratégias de dominância impostas por esses atores. Grupo que conta com um sofisticado aparato ideológico e midiático que envolve o *marketing* cultural (jornais impressos, revistas, telejornais, músicas, filmes) e diversos programas educacionais concebidos por diferentes entidades do agronegócio (CHÃ, 2016). Este conjunto, encerra um potencial intrínseco de mobilização e legitimação de um modelo de produção agropecuário predatório, excludente e concentrador (NANNINI, 2022).

Este bloco de poder, atua no sentido de convencer a opinião pública de que o modelo é um símbolo de sustentabilidade, modernidade e produtividade, ou seja, importante porque defendem ideologicamente que o agronegócio é o carro chefe da economia nacional, o grande responsável pela segurança alimentar do povo brasileiro e garante o desenvolvimento econômico do país. Porém, tais discursos, obscurecem diversas externalidades negativas que emergem das práticas socioprodutivas que permeiam a intricada cadeia agroindustrial (NANNINI, 2022).

Segundo Souza e Conceição (2009, p. 115) “[...] o agronegócio apresenta-se como o que há de mais moderno e eficiente no campo brasileiro, contudo, tal modernidade se faz a partir da reprodução do que há de mais atrasado”. Ou seja, perpetua a grande propriedade, a concentração de terra e renda, a monocultura, a exploração da força de trabalho e a prática da violência no campo. Nesse caminho, apesar do uso intensivo de novas tecnologias de produção, os latifúndios preservaram o processo agudo de precarização do trabalho e degradação ambiental (NANNINI, 2022). Dessa forma, o modelo apresentado como novo e moderno, tem suas raízes no sistema *plantation* do período colonial, cujos elementos fundantes são o próprio latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo.

Assim, nas últimas três décadas, percebe-se que no Estado restrito³, ocorreu a consolidação de um bloco de poder que articula diferentes forças hegemônicas do capital fundiário, industrial, financeiro e tecnológico. Suas principais entidades patronais se apresentam como um partido político monolítico, organizado e bem articulado quando o assunto é a defesa de interesses do setor. Conseqüentemente, um conjunto de políticas públicas têm outorgado ao agronegócio amplas imunidades e privilégios, conferindo-lhe excessiva musculatura para avançar sem freios sobre o território nacional.

Entrincheirados e ocupando posição de destaque no Estado restrito, os atores e representantes do agronegócio contam com instrumentos legais para definirem as bases e ações da política agrária e do setor agrícola, ou seja, a partir de seus interesses. Nessa lógica, reorientam os trilhos da política institucional e engendram um projeto de nação que se assemelha à sua fisionomia (NANNINI; CASIMIRO, 2022).

No contexto da reestruturação produtiva e do avanço neoliberal pelo mundo, período da globalização econômica, acentua-se a concentração de capitais e poder nas mãos de grandes corporações (CHESNAIS, 1996). Também é o período marcado pelo aumento das desigualdades sociais e problemas ambientais. Oportunidade para o discurso de responsabilidade social e sustentabilidade, adotados por diversas empresas como bandeira na promoção da sua boa imagem perante a sociedade. Grandes corporações, empresários e representantes do capital privado, passam a atacar o Estado que seria incapaz de administrar e exercer as diversas funções públicas. Nessa lógica, várias formas de gerenciamento e organização de serviços, antes declarados como direitos dos cidadãos e deveres do Estado, passam a ser pensados e organizados por instituições empresariais, como, por exemplo, a educação.

Na perspectiva neoliberal, a crise da educação nos países emergentes não estaria ligada apenas à falta de acesso ao ensino fornecido pelo Estado, mas questionam a qualidade desse ensino ofertado. Portanto, era mais que justificável uma reforma gerencial nos sistemas educacionais, nessa direção “[...] as reformas educacionais promovidas buscam reduzir

³ O Estado deve ser compreendido como uma organização complexa, o seu braço restrito é constituído pela elite política e representantes do alto escalão da sociedade civil, tais como: ruralistas, militares, burguesia industrial, além da bancada religiosa (formada em sua maioria por evangélicos). Esse conjunto, congrega o monopólio de determinados poderes e direitos, entre eles: o de elaborar leis que regem a sociedade (relativas à ordem, a economia, educação, meio ambiente), geralmente em benefício dos seus interesses. Para saber mais sobre o Estado restrito ver Mendonça (2014).

custos, encargos e investimentos públicos, transferindo-os para a iniciativa privada” (LAMOSA, 2014, p. 71).

A partir dos anos de 1990, a reorganização da sociabilidade da classe dominante no país, especificamente do setor empresarial, adota em seu projeto hegemônico a inclusão das instituições de ensino como ferramentas e mecanismos fundamentais para a difusão dos seus valores. Segundo Lamosa (2014, p. 28-29) “[...] a inserção do agronegócio nas escolas públicas está relacionada à reorganização de um novo padrão de sociabilidade e a produção de estratégias de hegemonia tendo a escola pública como espaço divulgador desta nova hegemonia”.

São diversos os exemplos encontrados no campo educacional, que remetem a essa estratégia. Entre eles, o programa “Agronegócio na Escola” da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Nesse programa, os professores e alunos fazem visitas aos associados da ABAG, assim, através de palestras e cursos de capacitação, no qual o tema sempre é a imagem de sucesso do agronegócio, os participantes entram em contato com os valores que esse modelo hegemônico propala. A entidade também fornece material didático que é utilizado em sala de aula, embebido de discursos que visam valorar de forma positiva a imagem do setor. Ainda podemos citar, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) com o projeto “Agora”, a *BUNGE* e o projeto “Comunidade Educativa”, a *SYNGENTA* e o projeto “Escola no campo”, entre outros (CHÃ, 2016).

Os projetos educacionais supracitados buscam cimentar e fortalecer a ideologia do agronegócio na sociedade com ações que envolvem os cursos de formação e capacitação de professores, distribuição de materiais didáticos, palestras e concursos realizados nas escolas. Ou seja, atuam com o intuito de criar consenso no público alvo (servidores, professores, alunos e pais), e, assim, supervalorizar a imagem do setor perante a comunidade escolar. Já o movimento “De Olho no Material Escolar”, programa político-ideológico concebido por notórios representantes do agronegócio, exige uma revisão do material escolar, dessa forma, enfatiza que os livros e apostilas escolares, utilizados no ensino fundamental (em diversas escolas de todo o país), realizam ataques infundados ao setor, ou seja, retratam o agronegócio como um modelo de produção insustentável e economicamente inviável.

O “De Olho no Material Escolar”, como será apresentado neste trabalho, atua em duas frentes: 1) almeja interferir no conteúdo dos materiais didáticos das escolas de modo a criar consensos acerca da importância do agronegócio para o desenvolvimento socioeconômico do país, além de blindar o modelo de possíveis críticas direcionadas aos

impactos socioambientais provenientes das suas atividades produtivas; 2) os idealizadores da campanha propõem que os alunos gravem vídeos de professores (ministrando aulas) caso efetuem críticas “indevidas” ao agronegócio, assim como o registro do material didático através de fotos. Dessa forma, temos um conjunto de práticas coercitivas com a finalidade de fiscalizar o material escolar, conseqüentemente, retiram a autonomia do docente no processo pedagógico, ou seja, uma tentativa de impedir que o professor promova debates relacionados às externalidades negativas da prática da agropecuária, assim, inibem o desenvolvimento do pensamento crítico nos alunos.

Como destaca Cordeiro (2022, p. 19), o “De Olho no Material Escolar parece ser uma expressão bem acabada do par coerção-consenso, sendo de certa forma difícil delimitar um e outro devido aos seus artifícios relativamente elaborados”. O programa apresenta um negacionismo refinado, pois, busca deslegitimar qualquer projeto que lhe é concorrente, ademais, atrofia o debate crítico e o saber científico, direcionando os alunos para um modelo único de sociedade.

Assim, percebemos que o “De Olho no Material Escolar”, busca o fortalecimento da ideologia do agronegócio atuando através da denúncia e perseguição (RAMOS, 2021; CORDEIRO; 2022), um mecanismo cujo corolário é a criminalização e a censura de qualquer debate crítico no que concerne a prática da agropecuária no Brasil, ou seja, impedimento de qualquer crítica aos impactos socioeconômicos do setor, tais como o desmatamento, uso abusivo de agrotóxicos, grilagem de terras e conflitos no campo. Ademais, a forma de ação do “De olho no material escolar”,

[...] se parece ao que ocorre com o “Escola sem Partido”, movimento que diz combater a “doutrinação político-ideológica”, mas que, na prática, busca cercear as discussões sobre gênero, sexualidade e respeito à diversidade em sala de aula. Assim, as integrantes sugerem que os educandos façam vídeos, fotos ou registros dos materiais utilizados, de forma a comprovar os “problemas”. (RAMOS, 2021, n.p.).

Nesse sentido, o artigo em tela, apresenta o agronegócio em seu *modus operandi*, seus idealizadores, atores e estratégias empregadas para legitimar o modelo como um símbolo econômico de sucesso, ou seja, como única alternativa para o aumento da produtividade e para o desenvolvimento socioambiental do país. Assim, destacamos algumas das principais contribuições dos referenciais teóricos que dialogam sobre o processo de modernização do campo brasileiro, as transformações políticas, sociais, econômicas, provenientes da implementação do agronegócio como sistema de produção hegemônico (CANUTO, 2004; POMPEIA, 2018; NANNINI, 2022). Além disso, salientamos os dados que demonstram as

contradições desse modelo produtivo, pois, embora seja propalado em âmbito social uma imagem positiva do setor, as informações apresentadas neste trabalho, apontam as diversas controvérsias presentes nas práticas que integram sua ossatura.

As classes dominantes, ou seja, detentoras dos meios de produção material e intelectual operam através de um conjunto de estratégias, nas quais, colocam em prática e renovam sua hegemonia e, assim, buscam a expansão do alcance da sua influência nas mais diversas esferas da vida social. Desse modo, este trabalho, também discute o avanço do agronegócio sobre a educação pública e privada no Brasil, apresentando o “De Olho no Material Escolar”, lobby do setor do agronegócio, ou seja, políticos da bancada ruralista, produtores e empresas do setor agroindustrial se articulam para fiscalizar o material escolar em diversas instituições de ensino no país.

Além disso, o artigo destaca o caráter pioneiro deste movimento, pois, o programa é um projeto político-ideológico do setor agroindustrial que atua através da combinação (força e consenso), assim, visa reorientar os rumos da educação brasileira, legitimando de forma inovadora e sofisticada uma imagem supervalorizada do agronegócio perante a sociedade. Para isso, foi realizada a revisão bibliográfica de autores (CORDEIRO, 2022; RAMOS, 2021) que discutiram de forma pormenorizada o “De Olho no Material Escolar”, além da análise do documento “O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil” (GRAZIANO; NEVES, 2021), o documento sugere novos conteúdos e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país, ou seja, seus autores destacam a importância de que os alunos tenham um conceito “bom” do agronegócio.

CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE DESMATA E A EFICIÊNCIA PRODUTIVA QUE GERA A FOME

O agronegócio, como enfatiza Canuto (2004), traz encaixado no seu significado a racionalidade do processo produtivo capitalista no campo. Cunhado por John Davis e Ray Goldberg nos anos 50, no Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios da *Harvard Business School* (HBS) nos Estados Unidos da América, o termo agronegócio expressa uma visão sistêmica das práticas da agropecuária. Para seus idealizadores, o setor de insumos (adubos, defensivos e máquinas agrícolas), as operações realizadas no interior da fazenda (plantio, cultivo, colheita), as atividades executadas depois da fazenda (transporte, armazenamento,

processamento e distribuição), além dos setores de crédito e comunicação, são campos de ação que deveriam estar interligados e operando em conjunto (POMPEIA, 2018).

A formação do complexo agroindustrial envolveu diferentes setores e agentes. Esse conjunto, possibilitou aos grupos envolvidos com o agronegócio uma hegemonia que vai muito além das práticas econômicas no setor agrário. Assim, em razão da variedade de atividades praticadas e suas abrangências, esses grupos (elite do setor agroindustrial), tornaram-se extremamente influentes no cenário político nacional. Como destaca Nannini (2022, p. 84):

Na busca por legitimação, influência e hegemonia, o agronegócio, assim como seus associados, não visa atuar apenas sobre o setor econômico da sociedade, mas também, almeja conquistar representatividade, posição e operar na esfera política. Para isso, o agronegócio e seus pares, devem manter atualizadas as suas estratégias para construção de hegemonia e consenso, portanto, é fundamental a consolidação de um poderoso aparato ideológico para influir no modo de pensar, agir e de ser da sociedade.

Aqui, se faz necessária uma discussão sobre o conceito de hegemonia, portanto, não podemos deixar de elucidar a importância da compreensão da ideia de Estado no pensamento de Gramsci (2000). Segundo Casimiro (2016), para Gramsci, o Estado não pode ser concebido apenas como aparelho estatal, no sentido estrito de governo, mas deve ser entendido em seu sentido amplo, “[...] onde sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observadas a partir de processos históricos concretos” (CASIMIRO, 2016, p. 27). A divisão entre sociedade política e sociedade civil é mera ilustração (é metodológica e não orgânica), utilizada apenas como recurso didático, pois, na concepção de Gramsci, estão dialeticamente articuladas e são indissociáveis.

Desse modo, a sociedade política é o campo das instituições políticas e do controle constitucional, abrange os aparelhos coercivos e repressivos do Estado, mecanismos pelos quais a classe dirigente institucionaliza, apropria-se e monopoliza o uso da violência e da coerção. Já a sociedade civil, encerra os organismos sociais (sistema de ensino, igrejas, famílias, partidos políticos, mídia), espaços onde são apresentadas as vontades coletivas, responsáveis pela construção e universalização de hegemonias. Partindo da concepção de Estado ampliado de Gramsci, em que a sociedade civil se apresenta como arena privilegiada dos embates de classe pela hegemonia, devido à importância que os organismos sociais assumem na edificação do projeto de dominância, chegamos ao conceito de “Aparelhos Privados de Hegemonia”.

De acordo com Casimiro (2016), os Aparelhos Privados de Hegemonia são organismos sociais coletivos de adesão voluntária, dado que o Estado Ampliado se apresenta não apenas com um aparato político e militar, detentor do monopólio da coerção, mas também, como um instrumento que faz valer os interesses de uma fração de classe dominante através da persuasão. Estratégia que visa o consentimento da fração de classe dominada. Os Aparelhos Privados de Hegemonia trazem em-si as visões de mundo, os projetos (ou vontades coletivas organizadas), onde, mesmo representados e reafirmados os interesses da ideologia de determinadas frações da classe dominante, podem incorporar certas demandas ou projetos das classes subalternas e, assim, apresentarem-se como universalizastes.

O conceito de hegemonia em Gramsci é empregado para expor os mecanismos pelos quais a classe dominante impõe o seu senhorio político, cultural e simbólico, sobre as demais frações de classe, de modo que seus projetos e visão de mundo sejam inteirados como universais. Dessa forma, não usam apenas da força e da violência, mas também, da construção de consensos:

Entendemos a hegemonia enquanto expressão da direção moral e intelectual de uma classe ou de uma fração de classe sobre as demais, sustentada primordialmente no consenso, malgrado não descartar o elemento da coerção. Cabe enfatizar que essa direção organizadora do consenso envolve mecanismos de consentimento que possibilitam formas de legitimação ou autorização que não significam uma fusão completa de identidades e compreensões, muito menos impendem ou interditam completamente o dissenso. No entanto, o direcionamento eficaz do grupo hegemônico faz com que as possíveis divergências não gerem rupturas [...]. Demarcamos, então, que a hegemonia não é sinônimo de unificação ou homogeneização do pensamento, mas sim uma direção que incorpora divergências que não são fundamentais, gerindo e organizando o consenso (CORDEIRO, 2022, p. 43).

Segundo Pompeia (2018), para difundir na sociedade a importância do setor do agronegócio, seus representantes e associados se apoiaram em um engenhoso aparato político, financeiro e ideológico (pilares de sustentação de sua hegemonia). Entre esses elementos podemos citar: a institucionalização do projeto de agronegócio (a concertação política), ou seja, reunião das principais entidades que monopolizam diferentes setores da cadeia produtiva do agronegócio, uma composição intersetorial, com caráter político, pois trabalha de forma coordenada e incorpora interesses múltiplos. Essa formação é munida de poder (econômico e simbólico) para construir e desconstruir regras e leis constitucionais.

O agronegócio também encerra em sua ossatura, um amplo, ativo e influente aparelho midiático, capaz de fazer chegar a todos os cantos da sociedade os valores e ideais apregoados por seus intelectuais orgânicos. Contém na sua estrutura, as entidades e

representantes do setor financeiro (bancos e cooperativas de créditos), tanto para a oferta de subsídios quanto para a expansão e centralização de capitais. Conta com a inserção de seus representantes no interior das instituições e órgãos governamentais responsáveis ou vinculados a regulamentação fundiária e ambiental, e, assim, protege seus interesses na posse ou demarcação de terras. Além disso, tem entre seus membros, as entidades relacionadas ao campo da produção e reprodução de conhecimentos científicos, entre eles: os centros acadêmicos, instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Nannini (2022), a terminologia “agronegócio” é o verniz com tons de modernidade que almeja transformar a imagem do latifúndio improdutivo perante a sociedade, dessa forma, busca legitimar uma “ideia” de progresso proveniente da intensificação do uso de insumos químicos e maquinários nas propriedades agropecuárias. Ou seja, como se a tecnificação das práticas agrícolas fosse sinônimo de aumento de produtividade e prosperidade para quem vive no campo.

Assim, ocorreu, na verdade, a troca de nome de um modelo de produção agropecuário concentrador, degradante e arcaico (latifúndio), por outro termo mais moderno (agronegócio), no entanto, sem alterar a estrutura fundiária histórica, garantida pela perpetuação das estratégias de dominação estabelecidas por diferentes frações de classes hegemônicas (NANNINI, 2022). Conforme destaca Porto (2014, p. 19):

Talvez no intuito de revogar a imagem historicamente depreciativa do “latifúndio” e de fortalecer a ideia de “agronegócio” como algo novo, funcional e eficiente, é que esse procedimento semântico venha sendo empreendido com tanto empenho. [...] O agronegócio, portanto, mesmo com todo o moderno marketing de que lança mão, ainda tem na dimensão da terra uma de suas principais estratégias de reprodução, o que não nos deixa esquecer de suas raízes e origens ligadas aos latifúndios e a especulação imobiliária.

O agronegócio brasileiro, grande exportador de *commodities*, consegue conciliar e funcionalizar uma relação complexa entre um setor extremamente dinâmico, pois, encerra em sua intrincada rede de produção uma variedade de recursos e tecnologias de ponta, e, por outro lado, perpetua os mecanismos expropriativos que são muito eficientes, visando o rebaixamento do custo da reprodução da vida material da classe trabalhadora no campo (OLIVEIRA, F. 2013). Assim, temos um arranjo entre o “novo” e o “velho” onde a modernização da agropecuária acontece com a perpetuação, renovação e fortalecimento de diversas relações sociais, instituições e estruturas coloniais, tais como o latifúndio, a monocultura e relações de trabalho degradantes.

Atualmente, é propalada a ideia de que todos os grupos entrincheirados no campo (diferenciados pelas suas bandeiras de luta), estão imperiosamente inseridos no agronegócio. Os pilares ideológicos que sustentam a imagem positiva do agronegócio enquanto modelo de sucesso, têm por finalidade a construção da crença social de que agronegócio é o grande responsável pelo aumento da produção nos diversos segmentos da agropecuária, contribuindo para o *superávit* da balança comercial, o motor da economia nacional, pois fortalece o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), além de ser o setor que mais gera novos postos de trabalhos no Brasil. Todavia, como explica Canuto (2004), na contramão do que apregoa, o modelo promove maior concentração de terra e de renda, o uso pungente de novas tecnologias agrícolas gera desemprego, sua cadeia produtiva emprega a mão-de-obra escrava, seu *modus operandi* alimenta a grilagem de terras e amplia o desmatamento nos biomas brasileiros.

O processo histórico e a geopolítica colonial legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo mundo, assim, nesta região do continente americano 1% dos proprietários rurais concentram em suas mãos a totalidade de 51,19% das terras agrícolas disponíveis (NANNINI; CASIMIRO, 2022). Por ocupar o quinto lugar no ranking mundial dos países com maior de desigualdade no acesso à terra, o Brasil se destaca negativamente por apresentar altos índices de concentração fundiária, portanto, os grandes “[...] estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país” (OXFAM, 2016, p. 8).

Em 2010, o Brasil apresentava 66 mil imóveis notificados como grandes propriedades improdutivas, este conjunto totalizava 175,9 milhões de hectares. Se somados, os latifúndios brasileiros, em suas amplas extensões, originariam o 12º maior território do planeta (2,3 milhões de km²) (BASSI, B. 2018).

O Brasil por participar das cadeias globais como país exportador de matérias-primas brutas, em especial as *commodities* (soja, petróleo, celulose, milho, carne bovina, álcool-açúcar e café), produtos com nenhuma elaboração e com baixo valor agregado, insere-se de forma regressiva na nova estrutura global do capital. Dessa forma, consolida sua histórica posição na periferia do sistema capitalista, ou seja, como mero produtor e fornecedor de produtos primários destinados aos grandes centros da economia mundial.

Este modelo, perpetua no campo brasileiro as grandes propriedades de monocultura, onde se realiza a produção das *commodities* para exportação, quadro que conservou a histórica estrutura fundiária altamente concentrada. Além disso, trata-se de um modelo que se especializou, prioritariamente, na produção de determinados itens que, em grande medida, não são destinados à alimentação humana. Assim, o setor agroindustrial arquitetou um sofisticado e amplo aparato ideológico que almeja colocar na conta do agronegócio todos os resultados da produção agropecuária (como se o modelo fosse o único produtor do país) (NANNINI, 2022).

No Brasil, outro certâmen contribuiu significativamente para o alargamento das desigualdades sociais e a territorialização do capital no campo, ou seja, o sistema de distribuição de crédito rural instituído pelo modelo de política agrícola nacional, isto é, o programa realizado pelo Plano Safra (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). Esses créditos são providos por entidades públicas e privadas, no entanto, são distribuídos (de forma não equânime), pois, nesse sistema, cada grupo de produtores se enquadra em categorias específicas. Conseqüentemente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atende os pequenos produtores familiares, já o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) atende os médios e principalmente os grandes produtores.

Desse modo, no Brasil, os créditos são destinados para quem não produz alimentos para os brasileiros, mas, sim, *commodities* para o mercado global (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). Nessa lógica, no Plano Safra (2019/2020) os produtores classificados como pequenos receberam 29 bilhões de reais do Pronaf, em contrapartida, o Pronamp disponibilizou 27,9 bilhões para os médios produtores e 134,8 bilhões para o Agro. No entanto, mesmo “[...] sem acesso a recursos, a agricultura familiar produz cerca de 70% de toda a alimentação básica que chega à mesa dos brasileiros e brasileiras” (OXFAM, 2016, p. 13).

A afirmação de que a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% da alimentação básica dos brasileiros, ou os resultados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2009; 2017) que revelaram que os pequenos produtores produzem a maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, criaram muitos desconfortos no setor patronal do agronegócio. Assim, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também propôs uma metodologia para analisar a

produção agropecuária no campo. No entanto, a metodologia concebida pelo setor do agronegócio, amparada pela lógica de composição “sistêmica” permite uma dupla cadeia de valor que distorce os dados de produção de riquezas, alimentos e postos de trabalhos no campo, pois, aponta o Agro como o carro chefe da economia brasileira.

Os pesquisadores (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017) com o objetivo de responder à questão de quem produz os alimentos que realmente abastecem a mesa dos brasileiros, usaram uma metodologia composta por uma infinidade de variáveis e detalhamentos⁴. Assim, amparados pelos dados de volume e de valor de produção, segundo os estratos de área dos estabelecimentos agropecuários do país, os resultados obtidos apontam a importância da agricultura familiar na produção de diversos alimentos, tais como: abacaxi (83%), abóbora (86, 1%), alho (69,9%), arroz em casca (42,3%), melancia (89,5%), milho em grão (57,0%), tomate rasteiro (industrial) (73,3%), trigo em grão (41,4%), 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves. Outros exemplos:

O feijão, assumido como paixão nacional, está dividido em 3 tipos. O feijão preto em grão, 3,2% é produzido pelos grandes, 8,2% pelos médios e 88,1% pelos pequenos. Com o feijão de cor em grão não é diferente: 20% pelos grandes, 15,4% pelos médios e 63,9% pelos pequenos. O feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar, 3,3% é produzido pelos grandes, 6,3% pelos médios, 88,9% pelos pequenos estabelecimentos (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 27).

No Brasil a terminologia “agronegócio” assume uma noção totalizadora, que inclui a soma das operações de produção e distribuição de insumos agrícolas, a totalidade das operações de produção realizadas no interior das propriedades agropecuárias, somadas ao conjunto de funções a jusante, tais como o transporte, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas. Além do conjunto de agentes financeiros, empresas de *marketing*, instituições de ensino e centros de pesquisa (POMPEIA, 2018).

⁴ Segundo a Lei nº 11.326, para ser qualificado como agricultura familiar “[...] o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar” (IBGE, 2017, n.p.). No entanto, no Brasil, o tamanho de um módulo fiscal varia (de 5 a 110 hectares) conforme o município onde está localizada a propriedade. Conforme Midityero Junior; Barbosa e Sá (2017), essa metodologia adotada apresenta inconsistências que diminuem a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, a título de exemplo: o município de Cruz do Espírito Santo, na Paraíba, com características predominantemente agrícolas, estabelece como módulo fiscal a área de 10 hectares, ou seja, segundo a supracitada lei o limite para ser considerado agricultor familiar é de 40 hectares (4 módulos fiscais). Dessa forma, um estabelecimento de pequenos agricultores que apresenta 41 hectares de terra, e trabalham em sua terra unicamente com a sua família, além disso, comercializam o excedente produzido, não seriam computados como agricultores familiares pelo recenseador contratado pelo IBGE. Dessa forma, tudo que produzem passa a ser somado ao modelo de produção não-familiar.

Esta concepção sistêmica, resulta em um superdimensionamento do papel do agronegócio no conjunto da produção agropecuária, portanto, é imprescindível demarcar uma distinção entre os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) e o próprio agronegócio. Diante do exposto, os CAIs constituem as sucessivas cadeias estabelecidas pela interação (em diferentes níveis de articulações) entre agropecuária, setores industriais e de serviços. Assim, o agronegócio, abarca em seu conceito a plenitude do que é gerado nas operações de produção e comercialização de insumos, somadas a produção agropecuária, acrescida da renda que se segue pelas demais atividades (transformação, acondicionamento, armazenamento, distribuição), ou seja, funções e serviços que envolvem o produto desde a sua saída da unidade agropecuária, até o seu destino final (NANNINI; 2022).

Desse modo, como destaca Pompeia (2018), a participação do agronegócio na economia é medida com base no conceito de sistêmico, portanto, o setor passou a calcular o seu próprio PIB, para isso, conta com o suporte técnico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), uma parte do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq). Esta instituição de pesquisa, usa uma metodologia particular para simular uma representatividade ampliada do que realmente o setor produz, de modo a superestimar a participação percentual do agronegócio no PIB do país (NANNINI, 2022).

Nesse sentido, amparado pelo discurso de que o “Agro é tudo”, seus idealizadores utilizam da complexa rede de atividades econômicas e do seu poder simbólico para construir supostas “verdades socialmente aceitas”. No entanto, tal metodologia omite as diversas fragilidades e contradições desse modelo de produção agropecuário capitalista, ou seja, a sua real grandeza econômica e participação no PIB.

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), estrategicamente, recorre ao conceito de cadeias produtivas agroindustriais, assim, insere de forma oportuna, porém, equivocada, um conjunto de atividades socioeconômicas de distintos modelos de produção (como a agricultura familiar) no montante da produção do Agronegócio. Em contrapartida, o IBGE, emprega uma metodologia que realiza o cálculo do PIB considerando a produção final de cada setor de produção,

[...] justamente para não realizar dupla contagem de um produto durante seu processo de produção, transformação industrial e comercialização. Como explica o instituto “mede-se apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão,

por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão”. Já pelo cálculo do PIB do Agro, com sua metodologia de composição “sistêmica”, a impressão é a de que se permite dupla cadeia de valor, inflando sua participação. Com base no exemplo citado acima, o resultado poderia ser de R\$ 600, ou seja, duplicaria a participação no PIB (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 14).

Cabe destacar que fixar a base da economia na exportação de produtos primários, ou fazer da exportação de *commodities* o carro chefe da economia brasileira, direciona o país para um futuro em que as estruturas coloniais (ainda presentes no cenário político nacional) sejam perpetuadas. Além disso, apresenta diversos dados que demarcam a real importância do agronegócio no PIB brasileiro: “[...] a soma das 50 maiores empresas exportadoras no país, aquelas que operam com o agronegócio representaram em 2014, apenas 39,1% do total das exportações.” (OLIVEIRA, A. 2016, p. 111), enquanto as dos demais setores, somaram 60,9%.

A título de curiosidade, no ano de 2014, a companhia Vale S/A (setor de mineração) e a Petrobras (exploração e produção de petróleo) encontravam-se entre as principais empresas exportadoras do país. A soma da receita líquida dessas duas corporações (US\$33,5 bilhões) superava o montante das 10 maiores empresas do agronegócio: *Bunge*, *JBS*, *BRF*, *Cargill*, *Louis Dreyfus Commodities*, *ADM*, *Nidera*, *Amaggi* e *Suzano* que atingiram US\$33,1 bilhões (OLIVEIRA, A. 2016).

Assim, é importante destacar que o setor da agropecuária compõe a menor fração do PIB brasileiro, na série histórica (entre 2002 e 2018), o Agro contribuiu, “[...] em média, com apenas 5,4% do PIB, enquanto o setor industrial com 25,5% e o setor de serviços 52,4%” O (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 12). Nesta perspectiva, é fundamental reconhecer a produção agropecuária brasileira em suas especificidades, com moldes de produção diferenciados daqueles do agronegócio, como, por exemplo, a própria agropecuária familiar com suas práticas tradicionais. A produção agropecuária e todos os bens gerados pela agropecuária familiar, não podem ser simplesmente creditados ao agronegócio, portanto, é nítido que há relações intersetoriais na economia, porém, não reconhecer as especificidades de cada um deles é negar o óbvio (OLIVEIRA, A. 2016).

Dessa forma, o agronegócio supera a produção da pequena propriedade familiar apenas na produção dos produtos de exportação, ou seja, que não são a base medular do cardápio do povo brasileiro. Nesse caminho, o agronegócio é responsável por 49,9% da soja produzida no país, já os médios estabelecimentos agropecuários são responsáveis por 27,3%

e os pequenos por 22,7%. No que tange a produção de algodão herbáceo: “91,9% pelos grandes, 5,2% pelos médios, 2,9% pelos pequenos. A cana de açúcar, 65,7% pelos grandes, 18,4% pelos médios e 15,9% pelos pequenos estabelecimentos” (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 27).

Nos últimos anos, a ausência de políticas voltadas para fortalecer e desenvolver o setor da indústria nacional, aumentaram a dependência do país em relação aos países centrais. Nesse caminho, o Brasil precisa importar uma série de produtos industrializados, muito deles básicos, porém, ausentes no mercado interno, além disso, depende também, de tecnologias e insumos para própria produção e extração das matérias-primas que exporta. Assim,

A maior parte dos fertilizantes e agrotóxicos aplicados nas lavouras brasileiras, que não são poucos em variedade e quantidade, são importados. Dos fertilizantes à base de NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) em 2018, por exemplo, 20% foram produzidos ou manipulados no Brasil e 80% importados. (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 10).

Nessa relação, constata-se que o Brasil precisa, em muitos casos, importar alimentos derivados dos produtos que exporta. Conforme o Ministério da Agricultura, o país é responsável pela 5ª maior produção de leite do mundo, todavia, em 2014, mesmo exportando 40 mil toneladas do produto, necessitou importar 53 mil toneladas de leite em pó (SOUZA, 2019). Ou ainda, precisa importar óleo de soja que é uma matéria-prima fundamental para a fabricação do biocombustível, porém, a soja é o produto mais exportado pelo Brasil: 11,57% do valor total das exportações em 2020 (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

O agronegócio conta com inúmeros representantes no Estado restrito, destacamos os seus porta-vozes e associados que compõe a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também conhecida como bancada ruralista. A entidade é a frente mais antiga atuante no país e, atualmente, é a força com maior poder político-ideológico no cenário nacional, pois, dos 513 deputados que compõe o Congresso Nacional, a FPA conta com 241 representantes, no senado, seus membros ocupam 39 cadeiras de um total de 81 (NANNINI, 2022). Este bloco de poder, estrategicamente, atua para obter um conjunto de privilégios para o modelo de produção agropecuário capitalista, isto é, na captação e destinação de recursos para os grandes produtores, na elaboração de leis que blindam o agronegócio nos casos de crimes socioambientais provenientes do seu *modus operandi*, além de leis e decretos que isentam o setor de vários impostos.

Nesse caminho, podemos citar a lei Kandir que isenta as exportações de produtos primários da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Desse modo, com o aval dessa lei, o setor visa alcançar uma maior competitividade no mercado internacional para os produtos brasileiros. Essa “[...] renúncia fiscal é supostamente compensada, mas as estimativas são de que os estados perdem em torno de R\$ 22 bilhões por ano, e são ressarcidos em torno de apenas 12% dessa isenção” (OXFAM, 2016, p. 17).

Além disso, o agronegócio, assim como seus associados, está envolto em várias irregularidades, tais como a elisão fiscal. Segundo o OXFAM (2016), o setor agropecuário ocupa o décimo lugar entre os maiores devedores com a União. Nesse caminho,

[...] de acordo com a Procuradoria- -Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2015, 4.013 pessoas físicas e jurídicas detentoras de terras, possuíam dívida acima de R\$ 50 milhões – totalizando mais de R\$ 906 bilhões em impostos devidos. Isso mesmo. Diferentes detentores de terras devem quase 1 trilhão de reais ao Estado brasileiro (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 24).

Conforme Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) elaborou um estudo cujos dados apontam que, caso as exportações fossem tributadas sem as regalias concedidas pelo Estado ao agronegócio, o impacto sobre o faturamento do setor seria imenso, com a redução da receita na ordem de R\$ 47,8 bilhões. Os autores destacam que as atividades de agricultura, pecuária e serviços relacionados ao Agro, no ano de 2019, arrecadaram pouco mais de 6 bilhões de reais, assim, se subtraídos os valores previdenciários, o setor ficaria com apenas 2 bilhões de reais de arrecadação (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

Além disso, as estatísticas que asseguram a importância do agronegócio para o PIB brasileiro, não consideram os impactos socioambientais provenientes das atividades produtivas do modelo. Nessa lógica, o setor desconsidera os gastos públicos com o Sistema Único de Saúde (SUS) no tratamento de milhares de brasileiros vítimas de contaminação química decorrente do uso desenfreado de agrotóxicos, ou do valor aproximado em dinheiro para recuperar milhões de hectares do território nacional que tiveram seus atributos naturais exauridos.

Conforme Firmiano (2014), nas últimas décadas, para a maioria dos trabalhadores inseridos nas múltiplas cadeias produtivas do agronegócio, a modernização técnica experimentada pelo setor não trouxe melhorias significativas das próprias condições de trabalho, na verdade, ampliou as estratégias de superexploração da força de trabalho e

contribuiu para o aumento exponencial do desemprego. Além disso, segundo Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), entre todos os setores da economia do país, o Agro firma-se como o setor que menos gera novos postos de trabalhos e o que paga os salários mais baixos. Dessa forma, trabalham “[...] na Agricultura Familiar cerca de 10,1 milhões de pessoas, ou 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2019, n.p.). A soja, cultura agrícola que mais cresceu no Brasil “[...] gera somente um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao seu alto grau de mecanização” (CANUTO, 2004, p. 4).

Outra contradição que podemos assinalar, é a exploração da mão de obra no campo, onde tecnologias avançadas caminham lado a lado com péssimas condições de trabalho, muitas vezes análogas ao trabalho escravo. Nesse caminho, entre 2003 e 2018, “[...] a criação de bovinos para corte, o cultivo de arroz e a produção da cana-de-açúcar foram as atividades em que mais predominaram a escravidão contemporânea, com 32%, 20% e 11% dos trabalhadores resgatados, respectivamente” (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 28).

As estruturas herdadas do período colonial, tais como a economia agroexportadora cujos alicerces são a monocultura e o latifúndio, legaram ao Brasil uma aguda concentração de terras. Assim, o espaço agropecuário brasileiro é permeado por disputas territoriais, conseqüentemente, o conflito no campo é outra triste realidade que assola o país. Dessa forma, a violência que permeia as disputas por território e poder, é responsável pela morte de milhares de pessoas no Brasil.

A ampliação da demanda internacional por *commodities* agrícolas é o combustível que promove o avanço do agronegócio sobre áreas de preservação ambiental, assim como o aumento sistemático dos números de invasões de terras indígenas. Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo “[...] menos 18 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo de janeiro a dezembro de 2020, [...] O mais recente relatório anual da ONG Global Witness, divulgado em julho de 2020, indicou que em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, ao menos 24 pessoas foram assassinadas” no campo (WERNECK et al., 2021, p. 26).

Nesse caminho, para abastecer o crescente mercado consumidor de produtos agroindustriais e atender as demandas por biocombustíveis do setor de energia, o agronegócio tem avançado sobre os diversos biomas brasileiros. Conseqüentemente, deixa

um rastro de sérios impactos socioambientais. De acordo com o ICMBIO (2018) a perda da biodiversidade da fauna brasileira está estritamente ligada às atividades do agronegócio, pois, suas práticas socioeconômicas atingem “[...] 58% das 1.014 espécies continentais consideradas ameaçadas” (ICMBIO, 2018, p. 69).

Devido à procura sempiterna por novas áreas destinadas ao cultivo de lavouras e pastagens, o agronegócio promove o desmatamento em larga escala, assim como a supressão da cobertura vegetal nativa, quadro que gera um processo agudo de degradação e empobrecimento do solo, altera o ciclo hidrológico e o equilíbrio climático, ademais, em diversas atividades produtivas, o agronegócio faz uso indiscriminado de agrotóxicos. Dessa forma, provoca significativos impactos na qualidade ambiental desses espaços naturais, além disso, ocasiona diversos reveses que afetam diretamente a saúde humana (NANNINI, 2022).

Diante dessa lógica, o desmatamento torna-se o caminho mais fácil, prático e barato para abertura de novas fronteiras agropecuárias, devido ao elevado custo que seria despendido para recuperar áreas degradadas que tiveram os seus atributos químicos, físicos e biológicos exauridos. O uso intensivo de maquinários agrícolas (como, por exemplo, a aração mais gradagem) empregados no preparo e manejo do solo, gera significativos impactos nesse recurso natural, pois alteram a estrutura física e retiram a cobertura original do solo, deixando-o exposto e mais suscetível aos processos de compactação e erosão.

O agronegócio busca potencializar a produção de lavouras e pastagens através do uso pujante de produtos químicos. O uso excessivo de agrotóxico e fertilizantes na agropecuária convencional, gera significativos impactos na saúde humana e no meio ambiente. Ademais, somente 30% do total de agrotóxicos aplicados nas lavouras ficam na planta, o restante vai para o meio ambiente onde causa contaminação (SAMBUICHI et al., 2012).

Com o avanço do agronegócio e a abertura de novas fronteiras agrícolas, além do desmatamento desenfreado, as práticas de diversas atividades ligadas a produção de *commodities*, levaram a aprovação de diversos registros de agrotóxicos. Assim, um dado preocupante é que o Brasil se destaca como o maior consumidor mundial de agrotóxicos (CORRÊA; AZEVEDO; SOUZA, 2020). Nesse caminho, no governo Bolsonaro (2019 – 2022), 1600 novos agrotóxicos foram liberados no país, além disso,

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publica novo marco regulatório para a avaliação de riscos de agrotóxicos. Assim, pesticidas considerados altamente tóxicos poderão ser rotulados como de toxicidade

moderada. A lista de produtos “extremamente tóxicos” foi reduzida de 702 para 4 (ASCEMA, 2020, n.p.).

Ademais, o agronegócio tem contribuído diretamente para a degradação da qualidade e para a diminuição da quantidade de água dos recursos hídricos do país, através do desmatamento de áreas naturais e intensa irrigação das lavouras. Os principais setores responsáveis pelo consumo desse recurso natural (no ano de 2017) estão atrelados ao agronegócio: a agricultura, a pecuária, a produção florestal, pesca e aquicultura, ou seja, 97,4% de toda água consumida no respectivo ano (IBGE - CENSO AGRO, 2017).

Além disso, o Brasil exporta milhões de toneladas de água doce todos os anos, em um processo conhecido como água virtual (volume utilizado no processo de produção de bem ou serviço). Assim, em 2013 o Brasil exportou 55,6 milhões de toneladas de soja, quantitativo que totalizou, em termos de água virtual, um volume exorbitante de 123 bilhões de m³ (BASSI, C. 2016).

Além da crise socioambiental agravada pela pandemia de COVID-19, o ano de 2020, também foi marcado por outra tragédia que assola a vida de milhões de brasileiros: a fome. Problema social que denuncia as fragilidades e contradições do modelo de produção hegemônico do agronegócio, pois, no supracitado ano, “[...] o país bateu recordes de produção agrícola e pecuária, ao passo que os preços dos alimentos subiram de forma avassaladora e a fome voltou a ser uma realidade cotidiana” (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 30). Segundo Maluf (2021), no ano de 2018, 10,3 milhões de pessoas se encontravam em situação de insuficiência alimentar grave, porém, esse quadro se agrava em 2020 e sobe para 19,1 milhões de pessoas.

O Agronegócio objetiva o mercado externo, assim, o setor prioriza a produção das *commodities*, processo que levou a redução de áreas voltadas para o cultivo de gêneros agropecuários destinados ao mercado interno e a alimentação humana. Portanto, o Brasil que “[...] em 1988, ainda dedicava ¼ (24,7%) do total de sua área ao cultivo dos principais produtos da cesta básica, a saber, arroz, feijão e mandioca, em 2018 dedicava somente 7,7% de suas áreas cultivadas a esses alimentos” (PORTO-GONÇALVES, 2020, n.p.).

As *commodities* têm seus preços estabelecidos pelas leis da oferta e da demanda no mercado, e esses produtos são negociados em larga escala em bolsas internacionais. Assim, quando os preços delas sobem no mercado externo, os produtores brasileiros preferem exportar, pois, no mercado internacional as *commodities* são compradas com Dólar (moeda

norte-americana), ou seja, muito mais valorizada que o Real (moeda brasileira), fato que obriga o mercado nacional a pagar o mesmo valor para manter a oferta de tais produtos no comércio interno. A consolidação da posição subalterna do Brasil no mercado global,

[...] a falta de posição do governo federal em assegurar a soberania alimentar e a deterioração do real frente ao dólar fizeram com que compradores estrangeiros, munidos de dólares, comprassem parte importante dos alimentos que escassearam no mercado interno. (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 32).

Nesse sentido, esse trágico conjunto contribui para o aumento do preço de diversos produtos alimentícios no mercado nacional, principalmente, aqueles que têm as *commodities* como matéria-prima (óleo de soja), ou que são produtos exportados em larga escala (arroz, carne, açúcar). No governo de Jair Bolsonaro, ocorreu uma desvalorização gradativa da moeda nacional, devido ao fracasso da política econômica do ex-Ministro da economia Paulo Guedes. Segundo o IBGE (2021), o número de desempregados no 2º trimestre de 2021 chegou a 14,4 milhões de pessoas e a taxa de desemprego em 14,1%.

Em paralelo, desde 2020, ocorre o aumento dos preços dos alimentos (14,09%), e a inflação oficial bateu 6,29% (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021), assim, este quadro contribui para o atual estado de penúria de milhões de brasileiros que passam fome. A grande contradição é o Brasil ser o maior produtor de soja mundial, no entanto, o preço desse produto subiu 104%, além disso, o país é o maior produtor de carnes no mundo, todavia, as carnes subiram 17,9% no ano de 2020 (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

A imagem de sucesso que os representantes do agronegócio tentam construir perante a opinião pública, objetiva camuflar a fragilidade do agronegócio como sistema de produção eficiente, porém, na verdade, o modelo é cercado por contradições e regalias, através das quais o Estado tenta estabilizar o setor. Além do engodo social promovido pela propaganda ideológica do agronegócio, as suas práticas produtivas causam danos socioambientais severos. E quem arca com os frutos dessa prática insustentável é a sociedade, que tem que pagar o custo social deste formato de produção capitalista predatório, concentrador e excludente. Nesse sentido,

[...] o agronegócio possui uma lógica adversa e incompatível com o desenvolvimento socioambiental. Embora seja amplamente apregoado que a sua prática almeja elevar os números da produção agrícola e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, na verdade, o seu objetivo principal é o mesmo de qualquer empresa capitalista, ou seja, visa apenas o lucro,

que é obtido da extração da renda da terra, da exploração da força de trabalho e com o sacrifício da qualidade ambiental (NANNINI, 2022, p. 229).

AVANÇO DO AGRONEGÓCIO SOBRE A EDUCAÇÃO

Conforme Lamosa (2014), as parcerias público-privadas no âmbito da educação tornaram-se comuns a partir dos anos 90, com a entrada crescente de diversas empresas nas escolas públicas. E esse processo foi resultante do espargimento de campanhas de responsabilidade social (empresarial) ou pelo discurso ancorado na sustentabilidade ambiental, muito difundido no cenário neoliberal.

Diante de tal cenário, o empresariamento da educação brasileira, segundo Cordeiro (2022) resulta da emersão do empresariado de um novo tipo, ou seja, que atua através de uma miríade de mecanismos como os Aparelhos Privados de Hegemonia que são operados pelos seus intelectuais orgânicos. Este conjunto é fundamental para difusão da sua ideologia e criação de consensos, na discussão em questão, a propagação da ideologia do agronegócio no espaço da educação. Essas entidades (empresas agroindustriais) almejam fortalecer e cristalizar na opinião pública uma imagem supervalorizada do agronegócio, isto é, que o modelo seria um símbolo de modernidade, sustentável, o setor mais dinâmico e eficiente da economia do país.

As proposições e políticas sugeridas por intelectuais coletivos de diferentes entidades capitalistas hegemônicas (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio), nortearam as ações do empresariado brasileiro, que aderiu à questão social e ao desenvolvimento sustentável como um trunfo para se inserirem em diversas instituições públicas. Essas entidades, alegavam a ineficiência do Estado diante do cenário econômico, ou seja, sua inaptidão em promover o desenvolvimento social, sua incapacidade por não conseguir frear a crise que se arrastava desde os anos 80. Na perspectiva neoliberal,

[...] seria necessária uma reforma gerencial nos sistemas educacionais com vistas a adequar as práticas pedagógicas e a gestão administrativa das escolas, introduzindo mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade e eficácia dos serviços, em suma, subordinar a política pública à lógica empresarial. (SILVA; GÓIS, 2017, n.p.).

Nessa direção, o confabular tradicional de que se deveria investir em educação para o crescimento econômico do país, é substituído por um discurso que favorece uma pedagogia pautada em competências e habilidades, as quais cada pessoa deveria ter para alcançar uma melhor posição no mercado de trabalho. Conseqüentemente, estarem mais bem adaptadas às mudanças e imprevistos da empregabilidade (LAMOSA, 2014).

Nesse contexto neoliberal, muitas empresas do setor do agronegócio inserem o discurso de responsabilidade social e ecológica aos seus projetos políticos e estratégias de negócios, de modo a construir uma imagem positiva perante o mercado e seus consumidores. O que pode ser considerado como uma ação empreendedora pautada na economia verde, no apelo ético socioambiental, na verdade, amparado pelo assistencialismo internacional, essa estratégia pretende a transferência de tecnologia e valores consumistas dos países centrais para os países em desenvolvimento.

O projeto hegemônico do agronegócio avança sobre a educação em duas frentes: a primeira na educação básica, onde ocorre o “aliciamento” de professores e alunos através de programas pedagógicos que legitimam e naturalizam o agronegócio no interior das escolas. Muitos projetos educacionais extrapolam os muros que delimitam o espaço da instituição de ensino, dessa forma, a ideologia do agronegócio consegue ser difundida capilarmente para as demais frações de classes sociais.

A segunda frente de avanço é na educação superior e suas modalidades, espaços que são importantes para formação de mão-de-obra qualificada (nas exigências do agronegócio). Além disso, tornam-se campos fundamentais para a organização de novos quadros de intelectuais (alinhados aos valores do modelo produtivo capitalista). Os intelectuais, “[...] na teoria gramsciana, cumprem funções históricas similares de síntese e mediação entre as necessidades objetivas da classe que representam e a direção ético-política que orienta a formação hegemônica da mesma” (LAMOSA, 2014, p. 52).

Cabe ressaltar que as instituições de ensino superior, são responsáveis por criar pesquisas, tecnologias e projetos que ajudam a fortalecer a hegemonia do modelo de agropecuária convencional. Com o avanço do agronegócio sobre a escola pública, os empresários atingiram dois objetivos:

(1) se inseriram em um mercado em potencial, no vocabulário empresarial, haja vista os valores do mercado editorial de livros didáticos; (2) passaram a inserir nas escolas programas e projetos, anunciando a difusão de uma certa “consciência ecológica”, ao passo que produzem o consenso passivo dos filhos dos trabalhadores, fundamental para a hegemonia das classes dominantes no país. (LAMOSA, 2014, p. 147).

A educação tem um importante papel na construção da sociabilidade, na produção e reprodução de conhecimentos, um espaço oportuno para disseminação e naturalização de diferentes visões de mundo. Assim, a escola, além da sua importante função de socializar o conhecimento produzido pela humanidade, acaba por exercer, também, um papel importante

na formação de posturas, caráter, valores e princípios morais que permitem ao educando a sua inserção crítica e ativa na sociedade. Dessa forma, amiúde, encontramos inúmeras entidades do setor do agronegócio com seus projetos educativos voltados para educação pública e privada, buscando conquistar esses territórios.

Recentemente no Brasil, um grupo inicialmente formado apenas por mulheres ligadas ao agronegócio, que se autointitulam mães do Agro, iniciou no ano de 2020 uma campanha denominada “De Olho no Material Escolar” (GEOGRAFIA FFP, 2021). No atual cenário mundial, em que o mundo sofre com os diversos impactos provenientes do coronavírus (Covid-19), as fundadoras dessa campanha, através do acompanhamento mais próximo “[...] das atividades escolares realizadas por seus filhos e filhas no contexto do ensino remoto, perceberam que haveria em muitos materiais didáticos mentiras sobre a realidade do campo brasileiro, com críticas indevidas ao agronegócio” (GEOGRAFIA FFP, 2021, n.p.).

Como destaca Cordeiro (2022), este movimento surgiu voluntariamente perante a insatisfação de diversos pais de alunos com o material escolar ministrado pelo sistema Anglo (rede privada de ensino onde a gestão escolar engloba a educação infantil, o ensino fundamental e médio e os cursinhos pré-vestibulares). O descontentamento resultou na publicação de uma carta (CORDEIRO, 2022), endereçada ao Colégio Anglo localizado no município de Barretos/SP. O conteúdo da carta criticava a presença de uma abordagem “negativa” e “preconceituosa” sobre o agronegócio no material didático da referida instituição de ensino. Assim, as apostilas fornecidas aos alunos estariam impregnadas de posições ideológicas que reduzem o agronegócio ao papel de vilão nacional, pois, segundo os pais dos discentes, o setor é um importante pilar econômico e social da região de Barretos.

Amparada por esta retórica, a carta destaca a importância do setor sucroalcooleiro para o desenvolvimento socioeconômico da região de Barretos/SP, ou seja, um agente fundamental na oferta de empregos. Além disso, realça a relevância do bagaço de cana-de-açúcar para a produção de energia renovável, uma alternativa em potencial para a diminuição do uso de combustíveis fósseis.

Nesse caminho, sob a perspectiva das “mães do Agro”, o material didático deveria desenvolver nos alunos um sentimento de orgulho em relação ao agronegócio, como setor moderno, símbolo de progresso e desenvolvimento econômico e socioambiental. No entanto, a carta não destaca os impactos socioambientais negativos provenientes da

monocultura da cana-de-açúcar, tais como desmatamento, emissão de diversos gases poluentes na atmosfera devido à queima da lavoura no período da colheita, redução dos recursos hídricos pelo consumo exorbitante de água na irrigação, além das condições de trabalho análogas à escravidão (FIRMIANO, 2014).

Dessa forma, esse grupo iniciou um movimento que tem como alvo o Ministério da Educação, editoras de materiais didáticos e diversas instituições de ensino espalhadas pelo Brasil. Essas entidades ligadas a educação são pressionadas pela campanha “De Olho no Material Escolar” que reivindica a revisão dos conteúdos de ensino, das orientações curriculares e uma nova postura dos professores no que concerne as temáticas relacionadas ao modelo de produção do agronegócio.

As lideranças desse *lobby* alegam que o sistema de ensino e diversos materiais didáticos são instrumentos que disseminam pela sociedade uma visão de mundo equivocada sobre o agronegócio, deferindo críticas indevidas ao setor. Assim, o programa “De Olho no Material Escolar” sugere que as mães fiscalizem e monitorem os materiais didáticos utilizados nas escolas que seus filhos estão matriculados, sobretudo, que elas observem a maneira como o agronegócio é retratado neles. Dessa forma, recomendam que os alunos façam fotos, vídeos ou registros dos professores (debatendo conteúdos relacionados ao agronegócio em sala de aula), assim como dos materiais didáticos utilizados, buscando comprovar qualquer crítica ao agronegócio presente nos materiais escolares (GEOGRAFIA FFP, 2021).

Segundo Cordeiro (2022, p. 246), “[...] a ação original da campanha De olho no material escolar chama a atenção por sua capacidade de mobilização e pela distinção de suas práticas. Esta nova frente de atuação parece ter como elemento predominante a coerção/intimidação”, portando, almeja uma produção forjada de consensos, campo de ação que se assemelha as táticas de atuação do “Escola sem Partido”.

Criado em 2004, o Escola sem Partido objetiva coibir a abordagem de determinados temas em sala de aula devido ao teor político, ideológico e religioso de tais assuntos, ou seja, inibir as discussões políticas que criticam o capitalismo, proibir o debate das questões de gênero e de orientação sexual no âmbito da educação pública. Segundo Algebaile (2017), o grupo ameaça destituir a escola do seu papel de espaço de debate, de construção, compartilhamento e a apropriação crítica de conhecimentos, espaço de vivência social e

convívio democrático, marcado pela diversidade dos indivíduos que compõem a comunidade escolar.

Assim, o Escola sem Partido atua através de mecanismos de controle, de censura e de vigilância, cujo corolário é a criminalização das atividades escolares e dos materiais didáticos. Dessa forma, o programa opera desqualificando, perseguindo e privando os professores da autonomia no processo pedagógico, ou seja, do seu caráter de mediador e construtor de conhecimentos. Nesta direção, o Escola sem Partido mostra, de fato,

[...] uma nítida preocupação com a presença, no processo formativo, de discussões que problematizem as concepções políticas, socioculturais e econômicas hegemônicas, especialmente as relativas às questões de gênero, orientação sexual e modelos familiares, bem como de perspectivas críticas ao capitalismo e à educação conservadora (ALGEBAILLE, 2017, p. 67).

O programa Escola sem Partido, tem como principal mecanismo de atuação um *site* (ALGEBAILLE, 2017) que exerce a função de plataforma de denúncias, um espaço reservado para a propalação de práticas e estratégias de monitoramento. Ou seja, um domínio para que os simpatizantes e apologistas desse movimento, possam expor, discutir e criminalizar, os materiais didáticos, os programas formativos, as atividades escolares “contaminados” pelo teor político-ideológico dos seus conteúdos (ALGEBAILLE, 2017; CORDEIRO, 2022).

Cordeiro (2022), procurou analisar a campanha De Olho no Material Escolar e explorar seus mecanismos e lógicas de atuação, questionado se esse conjunto, se enquadrava nos mesmos procedimentos de ação do Escola sem Partido, ou seja, na fiscalização do material escolar e pelo seu caráter delator e perseguidor de professores. No entanto, segundo Cordeiro (2022, p. 12), o De Olho no Material Escolar, por um lado,

[...] parece ser mais refinado do que o Escola sem Partido por procurar conformar de forma mais elaborada o consenso, convencendo a sociedade de que há uma inadequação dos materiais escolares. Para isto, opta por métodos que envolvem a provocação da sociedade política e a aliança com órgãos do Estado, bem como reuniões com editoras de livros didáticos e redes privadas de ensino. Por outro lado, essa roupagem sofisticada parece esconder o mesmo arsenal e objetivos do Escola sem Partido, com o diferencial de se utilizar discursivamente mais do consenso, como tática de disfarce do seu teor coercitivo, ideológico e conservador, mas também como forma de conquistar adesão. Combinam-se, assim, de forma contraditória e complexa elementos de coerção e consenso, indispensáveis para a hegemonia.

A campanha De Olho no Material Escolar tem ganhado adesão de importantes nomes do patronato agroindustrial, tais como: a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da ex-ministra Tereza Cristina que assumiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no governo Bolsonaro (2019 – 2022). Cristina é ex-presidenta da Frente

Parlamentar da Agropecuária (FPA), entidade que junto com Instituto Pensar Agropecuária (IPA) formam o alto escalão do setor agroindustrial no Brasil, uma composição Intersetorial com forte caráter político, bem-organizada e institucionalizada.

Entre outros aliados, podemos citar o deputado Federal Jerônimo Göergen que também é integrante da FPA e o ex-deputado pelo PSDB Xico Graziano (Engenheiro Agrônomo e defensor do agronegócio). Göergen e Graziano participaram de uma entrevista no programa “Liberdade Econômica – o Brasil livre para crescer”, na qual os dois líderes do setor agroindustrial endereçaram duras críticas às apostilas do grupo Anglo e do grupo Somos, instituições educacionais particulares que ofertam ensino para alunos da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e pré-vestibular:

Segundo Xico Graziano, essas redes possuem materiais que prejudicam a imagem do agronegócio. O grupo Somos um dos maiores grupos empresariais que atua no setor educacional do Brasil, possuindo atuação em vários campos, tais como: sistemas de ensino, editoras, plataformas digitais etc. Em meio a críticas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos governos petistas e acusações de doutrinação por parte de “professores esquerdistas”, em especial de Geografia e História, defendem a revisão dos materiais didáticos empregados por essas redes particulares de ensino. (GEOGRAFIA FFP, 2021, n.p.).

Ademais, Xico Graziano juntamente com Marcos Fava Neves (Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz –USP), ferrenhos defensores do Agro, criaram o documento “*O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil*”, ou seja, um conjunto de sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país (GRAZIANO; NEVES, 2021). Na perspectiva dos autores, os materiais didáticos do ensino fundamental e médio (apresentados aos alunos), estimulam uma imagem dicotômica no que concerne a prática da agropecuária, isto é, o agronegócio seria o “modelo do mal” e a agricultura familiar “o modelo do bem” (GRAZIANO; NEVES, 2021). Conforme Cordeiro (2022), com o discurso de correção e reciclagem dos materiais didáticos, Xico Graziano e Neves propõem dez temas para blindar o agronegócio de críticas inerentes ao seu *modus operandi*:

[...] cooperativismo no agro, aproveitamento dos alimentos, matas ciliares, bem-estar animal, novos alimentos, bioeconomia, agricultura digital, melhoramento genético, agro colaborativo e atividades secundárias. Fica evidente a tentativa de absorção da agricultura como um todo pelo agronegócio, temporal e espacialmente. Com efeito, objetiva-se que tudo seja considerado “agro”, desde que carregado de positividade e obliterando-se os problemas inerentes ao setor (CORDEIRO, 2022, p. 241).

Os idealizadores e apoiadores da campanha “De Olho no Material Escolar” buscam blindar a imagem do agronegócio perante a sociedade e, ao mesmo tempo, impedir que nas

instituições de ensino de todo o Brasil seja promovido o debate sobre os impactos socioambientais provenientes do modelo de produção do agronegócio. Dessa forma, temas como desmatamento, queimadas, concentração de terras, conflitos e assassinatos causados por disputas territoriais e trabalho escravo, são abordados superficialmente no conteúdo do material didático sugerido por Graziano e Neves.

Assim, intelectuais orgânicos como Graziano e Neves buscam justificar o avanço do desmatamento nos biomas brasileiros, bem como o uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras do país, abordando o desmatamento como um processo civilizatório, uma prática que, historicamente, permitiu o avanço da humanidade, por isso, justificável (no presente) em áreas de fronteira agrícola. Nesta lógica, os agrotóxicos e os defensivos agrícolas, são apresentados como “[...] medicamentos para as plantas, com argumentações que buscam refutar ou minimizar seus potenciais perigos” (GRAZIANO; NEVES, 2021, p. 13).

Além disso, o *lobby* “De Olho no Material Escolar”, promove perseguições aos professores e pesquisadores que discutem as contradições e mazelas que permeiam o setor, paralelamente, fortalece um projeto societário que não contempla o desenvolvimento socioambiental sustentável, mas que favorece apenas uma seleta fração de classe do patronato agroindustrial. Diante da gravidade da ofensiva,

[...] urge que professores, professoras, movimentos sociais e sindicais, associações científicas e educacionais reajam, pois o que está em jogo, para além da preservação da liberdade de professores e professoras, é o próprio debate sobre o papel social da educação: se uma educação pública e democrática ou se uma educação a serviço de interesses particulares de um dos segmentos mais retrógrados da sociedade brasileira, disfarçado sob o verniz das tecnologias mais modernas. (GEOGRAFIA FFP, 2021, n.p.).

A inserção do setor empresarial nas instituições de ensino, pode levar a um aumento da perda de autonomia da escola no processo educativo, onde o professor perde o seu papel de construtor e mediador de conhecimento. Portanto, sem o controle dos instrumentos de produção do saber, os docentes se tornam simples entregadores de valores preestabelecidos por interesses mercadológicos e mesquinhos. É a perda do senso crítico no processo de aprendizagem. Uma prática que se tornou possível pelo ideário do Estado neoliberal, que não privatiza apenas os recursos públicos, mas também as práticas pedagógicas, os espaços educacionais e o seu currículo, que passam a ser mecanismos para universalização dos interesses de uma classe privilegiada.

Considerações finais

O processo de modernização da agropecuária (CANUTO, 2004), aconteceu pautado na lógica perversa do capitalismo, ou seja, de forma pontual (modernizado apenas alguns setores) e excludente (beneficiando apenas algumas frações de classe). Assim, muito além do simples reordenamento das relações sociais e de mudanças nas práticas agropecuárias, é preciso compreender o agronegócio como um fenômeno que é fruto de processos políticos e dos interesses do capital.

Os projetos educacionais concebidos pelo setor agroindustrial, tais como o “De Olho no Material Escolar”, buscam valorizar ideologicamente a imagem do agronegócio como modelo produtivo de sucesso, dotado de responsabilidade social e, conseqüentemente, atribuir ao *seu modus operandi*, um aspecto sustentável. Desse modo, tentam justificar o emprego de insumos e tecnologias como única alternativa para o aumento da produção e o único caminho para uma possível melhoria do padrão de vida no campo e na cidade. No entanto, por de trás desse discurso de modelo produtivo (ecológico e eficiente), esconde-se o caráter concentrador e excludente que permeia as práticas e relações de produção do agronegócio, além de diversos impactos socioambientais.

Os efeitos da aproximação do setor empresarial e privado em relação às escolas, traz inúmeras conseqüências para a prática do processo educativo. Assim, o ensino promovido nos espaços educacionais sob a égide de influência dos valores superestimados pelo agronegócio, tornam-se espaços mediados por interesses privados, desse modo, o centro desse processo é o fator econômico e não o socioambiental. Relação que leva à perda da autonomia por parte dos professores para conduzir o processo de ensino e a perda da criticidade do processo de aprendizagem, ou seja, os discentes são direcionados para um modelo único de sociedade.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G.(org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 63-74.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 20 fev. 2021. BRASIL.

ASCEMA – Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado**: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio

Ambiente no Brasil. SCEN/SAIN trecho 2 – Ed. Brasília, 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

BASSI, Bruno Stankevicius. Latifúndio: Quem são os donos da terra no Brasil?. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (Orgs.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 10- 11.

BASSI, Camillo de Moraes. **Água virtual e o complexo soja: contabilizando as exportações brasileiras em termos de recursos naturais**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. p. 26.

CANUTO, Antônio. Agronegócio – exclusão pela produtividade. **Revista NERA**, Pres. Prudente, Ano 7, n. 5 p. 1- 12 Jul./dez. 2004.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. A Nova Direita no Brasil: Aparelhos de Ação Político-Ideológica e a Atualização das Estratégias de Dominação Burguesa (1980-2014). 2016. **Tese** (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. 479f.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2016. 156 p.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Rio de Janeiro: Xamã, 1996.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo. A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo. **Tese** (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Rio de Janeiro: PPFH/UERJ, 2022. 421 p.

CORRÊA, Antony.; AZEVEDO, Jade.; SOUZA, Lucas. AGRO É TÓXICO: Somos o país que mais consome agrotóxicos no planeta?!. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/>. Acesso em: 12 maio. 2021.

FIRMIANO, Frederico Daia. O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária. 2014. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais), Unesp/Araraquara. São Paulo, 2014, 245p.

GEOGRAFIA FFP. **A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação**. Rio Janeiro, 2021. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.blogspot.com/2021/05/a-nova-ofensiva-do-agronegocio-sobre.html?fbclid=IwAR1IE6arS0CyJdfkeBIJmEnkr34E-xOSeOlxEzQfQRbea6mHuE31VqW23pc>. Acesso em: 03 maio. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

GRAZIANO, Xico; NEVES, Marcos Fava. **O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil: sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país**, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/02/O-Novo-Mundo-Rural-e-a-Producao-de-Alimentos-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Desemprego**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 21 nov. 2021.

_____. **Retratando a realidade do Brasil agrário- 2017**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022.

_____. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-erstagebimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 17 ago. 2022.

_____. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação – segunda apuração**. Rio de Janeiro: IBGE/90-13(rev. 2009). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume I / 1. ed.** Brasília, DF: ICMBio/MMA, 2018.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio. 2014. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 435.

MALUF, Renato Sergio Jamil. (Org.) **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.

MENDONÇA, S. R. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2. n° 2, jan/jul 2014.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo **Friedrich-Ebert-Stiftung – Agronegócio: um negócio global**, São Paulo, 2021. Mudança climática, energia e meio ambiente) Electronic ed.: São Paulo: FES, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211011.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

MITIDIERO Jr, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do CENSO agropecuário 2006. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, setdez 2017, p 7-77. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v18i3.5540>.

MOLDENHAUER, Heike.; HIRTZ, Saskia. Sementes e agrotóxicos de sete para quatro – hegemonizando o mercado. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (Orgs.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 20- 21.

NANNINI, Warllen Torres. A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 72–127, 2022. DOI: 10.48075/amb.v4i1.28157. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28157>. Acesso em: 29 set. 2022. <https://doi.org/10.48075/amb.v4i1.28157>

NANNINI, Warllen Torres; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. “Agro”, a principal base de sustentação da extremadireita bolsonarista: aprofundamento das desigualdades e barbárie socioambiental. In: SOUZA, Aurélio Dias de Marco; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros (Orgs.). **Pesquisas sobre direitos no Brasil**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. E-book (PDF). ISBN 978-85-8413-300-0. p. 133-161

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil**. São Paulo: 2016. Disponível em: https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em 10 dez. 2021.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. 2018. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, [s. n.], 2018. Em cotutela com Harvard University. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092020000300513&script=sci_arttext. Acesso em: 4 jan. 2021.

PORTO – GONÇALVES, Carlos Walter. O Agro é tudo, mas só conta a metade. **Instituto de Estudos Latino-Americanos – IELA**, 2020. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/o-agro-e-tudo-mas-so-conta-metade>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PORTO, José Renato Sant'Anna. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e verdade. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 17, n. 25, p. 24-46, 2014.

RAMOS, Mariana Franco. Lobby do agronegócio se organiza para “fiscalizar” material escolar. **De olho nos ruralistas**. São Paulo/SP, 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/>. Acesso em: 11 set. 2022.

REHMER, Christian.; WENZ, Katrin. Fertilizantes: agrotóxicos para o solo. In: In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Atlas Manufaktur, 2018. p. 18- 19.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; SILVA, Ana Paula Moreira da; LUEDEMANN, Gustavo. **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafio**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (IPEA. Brasília), v. 1782, p. 1-47, 2012.

SILVA, Flavia Régia Holanda da; GÓIS, Gilcélia Batista de. Educação como mercadoria: a investida neoliberal sobre a política educacional no Brasil. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 8., 2017. São Luis- MA. **Anais...** São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/educacaocomomercadoriaainvestidaneoliberalsobreapoliticaeducacionalnobrasil.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SOUZA. Marcos Antonio de. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. **Revista Geografia em Atos**. UNESP, Presidente Prudente. v. 03, p. 50-72, 2019.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/5814>. Acesso em: 29 set. 2019.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As 'novas' estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada**, v. 9, p. 102-122, São Paulo, 2009.

WERNECK, Felipe; SORDI, Jaqueline; ARAÚJO, Suely; ANGELO, Claudio. **“Passando a boiada” o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**. São Paulo: Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

Recebido em: março de 2024

Aceito em: agosto de 2024